

## COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob as siglas "CTSA3" e "CTSA4". A Companhia é controlada pela Oxford Comércio e Participações S.A. ("Oxford") e sediada na rua Doutor Alcides Gonçalves, número 1.500, em Itaúna, MG. A Companhia e a controlada Santanense Argentina S.A. têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia possui ainda a controlada operacional, Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., cujo objetivo é a administração de imóveis para investimento.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de novembro de 2022.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

##### 2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

###### a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

## 2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

### iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros.

Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

### iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(j) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados

abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(k) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (Pequena Central Hidroelétrica)	25 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(l) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros-- Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(q) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são

reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(t) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(u) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(v) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

## 2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c e nº 4), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.k e nº 8), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.n, nº 5.a, nº 8 e nº 9), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.j e nº 7), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.r e nº 16), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.o e nº 14), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 17) e outras similares.

## 2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Santanense Empreendimentos") e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 30 de setembro de 2022, de R\$0,0367 (R\$0,0543 em 31 de dezembro de 2021) e pela média mensal para as contas de resultado.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Depósitos bancários	33.542	26.578	33.542	26.578
Operações compromissadas	1.239	1.181	1.251	1.271
Depósitos no exterior	-	-	5	7
Cambiais a liquidar	2.125	5.536	2.125	5.536
	-----	-----	-----	-----
	36.906	33.295	36.923	33.392
	=====	=====	=====	=====

### 4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Clientes no mercado interno	74.413	94.566
Clientes no mercado externo	30.921	45.155
	-----	-----
	105.334	139.721
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(20.486)	(20.486)
	-----	-----
	84.848	119.235
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 67 dias (72 dias em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 2.491 clientes ativos em 30 de setembro de 2022 e apenas dois clientes representam 4% da receita de vendas ou do contas a receber.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve

mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o período findo em 30 de setembro de 2022.

Em 30 de setembro de 2022, considerando as informações subsequentes à essa data até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(20.486)	(19.932)
Adições	-	(420)
Variação cambial	-	(134)
	-----	-----
Saldo no final do período	(20.486)	(20.486)
	=====	=====

## 5. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

### a. Estoques

	Controladora e consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Matérias-primas e secundários	17.325	28.250
Produtos em elaboração	10.920	34.872
Produtos acabados	11.978	17.853
Peças de reposição	20.056	21.165
	-----	-----
	60.279	102.140
	=====	=====

Os grupos de estoques de matéria prima, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos. Em 30 de setembro de 2022, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

### b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para a Companhia a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues até 2023.



## 6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado do	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	líquido	- %	período	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	34.930	100	211	34.930	34.719	211	(591)
Santanense Argentina S.A.	(32)	100	-	(32)	(48)	-	-
				-----	-----	-----	-----
				34.898	34.671	211	(591)
				=====	=====	=====	=====

	31.12.2021	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	30.09.2022
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	34.719	211	-	34.930
Santanense Argentina S.A.	(48)	-	16	(32)
	-----	-----	-----	-----
	34.671	211	16	34.898
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2020	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	30.09.2021
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	36.165	(591)	-	35.574
Santanense Argentina S.A.	(55)	-	6	(49)
	-----	-----	-----	-----
	36.110	(591)	6	35.525
	=====	=====	=====	=====

## 7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	30.09.2022			31.12.2021
	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total	Total
Custo residual do imóvel	1.250	-	1.250	1.252
Mais valia apurada	28.999	1.576	30.575	31.276
	-----	-----	-----	-----
Valor justo	30.249	1.576	31.825	32.528
	=====	=====	=====	=====

A movimentação dos saldos de propriedades para investimento é conforme segue:

	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.249	2.279	32.528
Baixas	-	(703)	(703)
	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2022	30.249	1.576	31.825
	=====	=====	=====

  

	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.176	5.936	36.112
Baixas	-	(1.939)	(1.939)
	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2021	30.176	3.997	34.173
	=====	=====	=====

A Companhia obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Imóveis Itaúna: Em 2018, a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. A controlada prevê ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica "Propriedades para investimento", avaliados ao valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	30.09.2022	31.12.2021
Custo residual do imóvel	1.250	1.250
Mais valia apurada (a)	28.999	28.999
	-----	-----
Valor justo (b)	30.249	30.249
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$1.947 (R\$1.947 em 31 de dezembro de 2021). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Outros imóveis: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento e são assim compostos:

	30.09.2022	31.12.2021
Custo residual do imóvel	-	2
Mais valia apurada (a)	1.576	2.277
	-----	-----
Valor justo (b)	1.576	2.279
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$111 (R\$158 em 31 de dezembro de 2021). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

## 8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		30.09.2022		31.12.2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	950	-	950	950
Edifícios	2,5	54.331	(27.457)	26.874	27.778
Instalações	5,6	59.410	(37.931)	21.479	23.149
Máquinas e equipamentos	5,9	174.280	(124.834)	49.446	53.275
Usina hidroelétrica	3,4	22.740	(12.279)	10.461	8.701
Móveis, utensílios e outros	10,5	11.664	(10.233)	1.431	1.638
Obras em andamento	-	962	-	962	1.062
		-----	-----	-----	-----
		324.337	(212.734)	111.603	116.553
		=====	=====	=====	=====

(\*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Usina hidro- elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em anda- mento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	950	27.778	23.149	53.275	8.701	1.638	1.062	116.553
Adições	-	-	146	337	2.202	78	206	2.969
Baixas líquidas	-	-	(21)	(118)	-	(1)	-	(140)
Transferências								
- Imobilizado	-	-	(4)	172	1	6	(175)	-
- Disponível para venda	-	-	-	-	-	-	(131)	(131)
Depreciação do período	-	(904)	(1.791)	(4.220)	(443)	(290)	-	(7.648)
Saldo em 30 de setembro de 2022	950	26.874	21.479	49.446	10.461	1.431	962	111.603
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Usina hidro- elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em anda- mento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.440	26.385	15.341	54.240	8.925	10.685	25.114	142.130
Adições	-	-	10	208	307	152	287	964
Baixas líquidas (2)	(490)	(5.167)	(480)	(223)	-	(8.853)	-	(15.213)
Transferências								
- Imobilizado	-	7.830	10.481	5.423	-	319	(24.053)	-
- Bens cedidos em comodato	-	-	(46)	(156)	-	202	-	-
Depreciação do período	-	(964)	(1.576)	(4.754)	(438)	(827)	-	(8.559)
Saldo em 30 de setembro de 2021	950	28.084	23.730	54.738	8.794	1.678	1.348	119.322
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Obras em andamento correspondem principalmente a modernização de máquinas e equipamentos.

(2) Em fevereiro de 2021, foi realizada a venda de estêreo de lenha em pé da Fazenda dos Britos, imóvel situado em Pará de Minas – MG, onde também estão instaladas as usinas da Companhia. Os ativos, representados por 333 hectares, foram vendidos para três contrapartes distintas pelo montante total de R\$7.493, com liquidação até janeiro/2023. Com a venda dos ativos, a Companhia apurou um ganho no valor de R\$6.857, apresentados na rubrica “Outras líquidas”.

Em março de 2021, foi realizada venda de imóvel não operacional, contíguo à usina de pequeno porte da Companhia, denominado Fazenda dos Britos pelo valor de R\$7.550 a prazo. Com a venda do imóvel, a Companhia apurou resultado, antes dos impostos de R\$6.857 apresentados na rubrica “Outras, Líquidas”.

Em maio de 2021, foi realizada venda de imóvel não operacional situado em Montes Claros – MG. Neste imóvel funcionou uma unidade de produção, tendo a produção sido consolidada em outras unidades industriais da Companhia. O imóvel foi vendido por R\$35 milhões, totalmente liquidados até julho de 2021. Com a venda do imóvel, a Companhia apurou resultado, antes dos impostos, no valor de R\$21.392, apresentados na rubrica “Outras líquidas”.

## 9. DIREITOS DE USO

A composição dos direitos de uso sobre arrendamentos contratados é como segue:

		Controladora e consolidado			
		30.09.2022			31.12.2021
	Taxa (*) % a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	36,1	4.046	(2.206)	1.840	-
Veículos	70,1	1.358	(1.224)	134	128
		-----	-----	-----	-----
		5.404	(3.430)	1.974	128
		=====	=====	=====	=====

(\*) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos consolidados dos direitos de uso no período foi como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	128	128
Adições (1)	2.227	235	2.462
Amortização do período	(387)	(229)	(616)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.840	134	1.974
	=====	=====	=====

  

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	568	286	854
Adições (1)	-	196	196
Amortização do período	(466)	(272)	(738)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	102	210	312
	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

## 10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Mercado interno	42.590	51.225	42.595	51.225
Mercado externo	3.545	4.395	3.556	4.411
Empresas associadas:				
Mercado interno	6.674	26.893	6.674	26.893
Mercado externo	2.051	2.117	2.051	2.117
	-----	-----	-----	-----
	54.860	84.630	54.876	84.646
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 46 dias (61 dias em 31 de dezembro 2021).

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				30.09.2022	31.12.2021
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A.	US\$	7,9	2023	18.828	18.555
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	US\$	8,0	2022	3.372	16.779
				-----	-----
				22.200	35.334
Moeda nacional:					
Banco do Brasil – Finame	R\$	2,5	2023	172	445
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	15,8	2022	-	819
Banco do Brasil – CDC	R\$	16,1 a 16,9	2023	14.812	19.601
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	R\$	4,9 + CDI	2024	34.078	50.018
Banco Safra S.A. – CCB	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	11.064	13.127
Banco do Brasil S.A. – CCB	R\$	294,0 do CDI	2022	-	7.565
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	5,0 + CDI	2024	22.254	19.478
Banco Pine S.A.	R\$	8,3 + CDI	2022	674	3.031
Caixa Econômica Federal – CCB	R\$	166,3 do CDI	2022	-	4.753
Banco Sofisa S.A. – CCB	R\$	6,7 a 8,1 + CDI	2024	17.412	19.953
Banco BOCOM BBM – CCB	R\$	7,0 + CDI	2023	6.443	9.693
Banco ABC do Brasil – CCB	R\$	3,9 + CDI	2025	7.684	9.368
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	9,0 + CDI	2025	26.952	-
Outros	R\$	-	2022	1.367	1.301
				-----	-----
				142.912	159.152
Total				-----	-----
Circulante				165.112	194.486
				(119.025)	(136.885)
				-----	-----
Não circulante				46.087	57.601
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por aval, duplicatas a receber e imóveis no montante de R\$150.128 (R\$174.440 em 31 de dezembro de 2021). Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2022	2023		2024	2025	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda estrangeira:						
Banco Safra S.A.	-	18.828	-	-	-	18.828
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	3.372	-	-	-	-	3.372
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	3.372	18.828	-	-	-	22.200
Moeda nacional:						
Banco do Brasil – Finame	138	34	-	-	-	172
Banco do Brasil – CDC	13.282	1.530	-	-	-	14.812
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	5.695	15.965	5.322	7.096	-	34.078
Banco Safra S.A. – CCB	826	7.143	714	2.381	-	11.064
Banco Fibra S.A. – CCE	5.077	14.130	2.286	761	-	22.254
Banco Pine S.A.	674	-	-	-	-	674
Banco Sofisa S.A. – CCB	9.157	3.587	1.196	3.472	-	17.412
Banco BOCOM BBM – CCB	1.643	3.600	1.200	-	-	6.443
Banco ABC do Brasil – CCB	895	1.797	599	2.396	1.997	7.684
Banco Industrial do Brasil S.A.	2.785	7.500	2.500	10.000	4.167	26.952
Outros	1.367	-	-	-	-	1.367
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	41.539	55.286	13.817	26.106	6.164	142.912
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	44.911	74.114	13.817	26.106	6.164	165.112
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	30.09.2022	30.09.2021
Saldo no início do período	194.486	263.132
Novas captações ou renovações	111.496	66.079
Juros provisionados (1)	25.003	17.610
Amortização de principal	(140.850)	(120.389)
Pagamento de juros	(23.620)	(18.565)
Variação cambial	(1.784)	2.559
Encargos antecipados, líquidos	381	(122)
	-----	-----
Saldo no final do período	165.112	210.304
	=====	=====

(1) A taxa básica de juros – SELIC, do Banco Central do Brasil, acumulada do período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2022 foi de 8,85% (2,49% no mesmo período do ano anterior).

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está representado como segue:

	Nº de ações	
	30.09.2022	31.12.2021
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais: PN	73.258.019	73.258.019
	-----	-----
	111.299.130	111.299.130
	=====	=====

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2022, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 04 (quatro) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital passou a ser representado por 27.824.781 ações nominativas sem valor nominal, sendo 9.510.277 ações ordinárias, e 18.314.504 preferenciais, distribuídas entre os acionistas da Companhia na mesma proporção por eles detida no momento imediatamente anterior à aprovação do grupamento, sendo certo, portanto, que o referido grupamento não altera a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afeta os direitos patrimoniais e políticos a elas inerentes.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

### b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do período, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2022, foram aprovados dividendos no valor de R\$6.438, equivalentes à R\$0,05427102 por ação ordinária e R\$0,05969812 por ação preferencial em circulação, para distribuição a todos os acionistas com posição na data da assembleia, com pagamento a ser realizado em 6 parcelas mensais, sempre no último dia útil de cada mês, sendo o valor das parcelas mensais de julho até novembro deste exercício igual a R\$0,00904517 por ação ordinária e R\$0,00994968 por ação preferencial, e o valor da parcela mensal de dezembro deste exercício igual a R\$0,00904517 por ação ordinária e R\$0,00994972 por ação preferencial.

Em 30 de setembro de 2022, o saldo de dividendos a pagar era de R\$3.825 (R\$6.629 em 31 de dezembro de 2021).

### c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

### d. Reserva de benefícios fiscais

A reserva de isenção de impostos é constituída quando há redução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social dos benefícios fiscais e estaduais.



É registrado como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial de investimento no exterior, referente à controlada Santanense Argentina S.A.

É registrado como ajuste de avaliação patrimonial, o reflexo de controlada sobre a mais valia apurada no reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo, líquida de impostos (vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias).

[illegible]

No período de nove meses de 2022, a Companhia adquiriu produtos intermediários da parte relacionada Coteminas S.A., no valor de R\$95.827 (R\$48.331 no mesmo período de 2021). O saldo a pagar referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 10. As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. No período de nove meses de 2022, foram efetuados pagamentos no valor de R\$586 (R\$475 no mesmo período de 2021).

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

##### a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Resultado antes dos impostos	(38.779)	35.867	(38.681)	35.881
Equivalência patrimonial	(211)	591	-	-
Diferenças permanentes	(268)	(21)	(268)	(21)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(39.258)	36.437	(38.949)	35.860
Alíquota de 34%	13.348	(12.389)	13.243	(12.192)
Outras deduções líquidas	4	228	4	228
Ajuste ao lucro presumido	-	-	7	(211)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	13.352	(12.161)	13.254	(12.175)
(-) Reversão de provisão IR/CS diferidos (1)	-	12.466	-	12.466
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	13.352	305	13.254	291
	=====	=====	=====	=====
Impostos correntes	-	(11.424)	(120)	(11.497)
Impostos diferidos	13.352	11.729	13.374	11.788
	=====	=====	=====	=====

(1) O Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral declarou a inconstitucionalidade dos encargos de IR e CSLL incidentes sobre os juros (SELIC) recebidos pelos contribuintes sobre restituição de tributos.

## b. Impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e de suas controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Outros	Saldos em 30.09.2022
Consolidado:				
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias	4.050	(453)	-	3.597
Prejuízo fiscal, líquido	20.172	11.253	-	31.425
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	(6.579)	2.552	-	(4.027)
	17.643	13.352	-	30.995
Imposto diferido passivo:				
Propriedades para investimento (2)	(2.105)	22	25	(2.058)
Diferenças temporárias	(6.579)	2.552	-	(4.027)
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	6.579	(2.552)	-	4.027
	(2.105)	22	25	(2.058)
Total de impostos diferidos, líquido	15.538	13.374	25	28.937
Total do ativo não circulante	17.643	13.352	-	30.995
Total do passivo não circulante	(2.105)	22	25	(2.058)

(1) Reclassificações efetuadas para apresentação do balanço.

(2) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2023	-	3.855	3.855
2024	-	4.268	4.268
2025	-	4.696	4.696
A partir de 2026	3.597	18.606	22.203
	3.597	31.425	35.022

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	21.878	22.222	21.878	22.222
Pis e Cofins a recuperar (*)	-	8.348	-	8.348
INSS a recuperar	53	27	53	27
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.218	2.111	5.219	2.122
Outros	19	264	19	265
	-----	-----	-----	-----
	27.168	32.972	27.169	32.984
Circulante	(5.291)	(10.750)	(5.292)	(10.762)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	21.877	22.222	21.877	22.222
	=====	=====	=====	=====

(\*) Inclui montante de R\$6.162 em 31 de dezembro de 2021 relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS. Até 30 de setembro de 2022, foi compensado o valor de R\$36.431.

Em dezembro de 2021, a Companhia cedeu parte de seus direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS para a Coteminas S.A., no valor de R\$50.805. Esses direitos foram objeto de ação de execução de sentença, por não haver previsão de compensação antes de sua prescrição.

d. Impostos parcelados

Os parcelamentos consolidados de impostos são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Parcelamentos Federais	28.908	21.980	28.908	21.980
Outros parcelamentos	1.825	1.880	1.825	1.880
	-----	-----	-----	-----
	30.733	23.860	30.733	23.860
Circulante	(9.693)	(5.562)	(9.693)	(5.562)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	21.040	18.298	21.040	18.298
	=====	=====	=====	=====

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2022	2023		2024	2025 a 2027	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Parcelamento Federais	4.187	4.945	1.648	6.547	11.581	28.908
Outros parcelamentos	239	322	107	429	728	1.825
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	4.426	5.267	1.755	6.976	12.309	30.733
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

## 15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Controladora e consolidado		
		Vencimentos	30.09.2022	31.12.2021
Imóveis	10,34	2025	1.875	-
Veículos	10,34	2023	138	135
			-----	-----
			2.013	135
Circulante			(983)	(135)
			-----	-----
Não circulante			1.030	-
			=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2022	2023		2024	2025	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Imóveis	249	638	207	761	249	2.104
Veículos	80	61	-	-	-	141
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	329	699	207	761	249	2.245
Ajuste a valor presente	(5)	(40)	(21)	(115)	(51)	(232)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	324	659	186	646	198	2.013
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.09.2022			30.09.2021
	Imóveis	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	-	135	135	920
Adições	2.227	233	2.460	196
Encargos	82	17	99	57
Pagamentos	(434)	(247)	(681)	(837)
	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do período	1.875	138	2.013	336
	=====	=====	=====	=====

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
Arrendamentos pagos no período	681	837
Amortização de direitos de uso	(616)	(738)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(99)	(57)
	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(34)	42
	=====	=====

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, considerando os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

## 16. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$10.218 e R\$479, respectivamente (\$7.051 e R\$479, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021). Os principais processos tributários correspondem a: (i) Mandado de Segurança referente a manutenção de débitos no parcelamento PRORELIT (R\$ 2.255); (ii) Auto de Infração referente a GILRAT (R\$ 2.800); e (iii) não homologação das compensações referente a COFINS (R\$ 2.830).

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Processos fiscais:		
INSS	462	593
Imposto de renda	-	1.075
ICMS DIFAL	26	-
Trabalhistas	363	363
Cíveis e outras	3.455	5.154
	-----	-----
	4.306	7.185
	=====	=====
Depósitos judiciais relacionados aos processos acima	552	1.847
Outros depósitos judiciais	3.733	3.941
	-----	-----
	4.285	5.788
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal contra Companhia.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994. O processo foi encerrado no 3º trimestre de 2022.

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis e outras--A Companhia estima gastos de aproximadamente R\$3.335 (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2021) com demandas administrativas e judiciais, limpeza e demais adequações para a retomada da geração de energia nas Usinas, que foram inundadas com as chuvas de janeiro de 2022. Vide nota explicativa nº 22 às demonstrações contábeis intermediárias.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2021	Adições	Baixas	Saldos em 30.09.2022
Processos fiscais:				
INSS	593	-	(131)	462
Imposto de renda	1.075	-	(1.075)	-
ICMS DIFAL	-	26	-	26
Trabalhistas	363	3	(3)	363
Cíveis e outras	5.154	-	(1.699)	3.455
	-----	-----	-----	-----
	7.185	29	(2.908)	4.306
	=====	=====	=====	=====

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	36.906	33.295	36.923	33.392
Títulos e valores mobiliários	-	1.968	-	1.968
Duplicatas a receber	84.848	119.235	84.848	119.235
Outros créditos a receber (c)	2.364	4.703	3.074	5.880
Depósitos judiciais	4.285	5.788	4.285	5.788
Partes relacionadas	182.192	157.177	182.192	157.177
Outros créditos a receber (nc)	-	2.379	-	2.599
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	119.025	136.885	119.025	136.885
Fornecedores	54.860	84.630	54.876	84.646
Outras contas a pagar	6.378	6.962	6.378	6.962
Empréstimos e financiamentos (nc)	46.087	57.601	46.087	57.601
Partes relacionadas	40.347	27.245	35.869	24.381
Outras obrigações	1.438	1.817	1.438	1.836

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.125	5.536
Duplicatas a receber	30.921	45.155
Fornecedores	(5.596)	(6.512)
Empréstimos e financiamentos	(22.200)	(35.334)
Outras contas a pagar	(503)	-
	-----	-----
Total da exposição em Reais	4.747	8.845
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	878	1.585
	=====	=====



A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de setembro de 2022 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2022	Baixa do Dólar	4.360	46	(5.859)	(11.764)
2023	Baixa do Dólar	(3.482)	(310)	4.475	9.259
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

**d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)**--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

**d.5 - Risco de taxa de juros**--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 11 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	30.09.2022			31.12.2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	6.504	72	-	6.576	9.652
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	7.433	82	-	7.515	11.030
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	8.362	93	-	8.455	12.409
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	7.433	82	-	7.515	11.030

Descrição	30.09.2022			31.12.2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	3.973	44	-	4.017	5.897
(referência à nota explicativa nº 11)				34.078	50.018
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: março/2023	5.000	89	-	5.089	5.003
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: outubro/2024	5.952	23	-	5.975	8.124
(referência à nota explicativa nº 11)				11.064	13.127
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: março/2022	-	-	-	-	7.565
(referência à nota explicativa nº 11)				-	7.565
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022	-	-	-	-	1.258
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: agosto/2023	10.319	36	(323)	10.032	18.220
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2024	12.190	32	-	12.222	-
(referência à nota explicativa nº 11)				22.254	19.478
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2022	667	7	-	674	3.031
(referência à nota explicativa nº 11)				674	3.031
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022	-	-	-	-	4.753
(referência à nota explicativa nº 11)				-	4.753
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	7.222	88	-	7.310	9.824
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: outubro/2022	7.725	120	-	7.845	10.129

Descrição	30.09.2022			31.12.2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2024	1.629	24	-	1.653	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: setembro/2024	600	4	-	604	-
(referência à nota explicativa nº 11)				17.412	19.953
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: dezembro/2023	6.400	43	-	6.443	9.693
(referência à nota explicativa nº 11)				6.443	9.693
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2025	7.569	115	-	7.684	9.368
(referência à nota explicativa nº 11)				7.684	9.368
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: maio/2025	26.667	285	-	26.952	-
(referência à nota explicativa nº 11)				26.952	-
	125.645	1.239	(323)	126.561	136.986
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2022, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2022	Alta do CDI	120.101	4.556	5.334	6.107
2023	Alta do CDI	66.428	11.938	13.455	15.359
2024	Alta do CDI	21.320	3.295	3.224	3.631
2025	Alta do CDI	3.598	363	356	403
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

**d.6 - Risco de crédito**--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito aos equivalentes de caixa. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

**d.7 - Gestão de liquidez**-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 30 de setembro de 2022, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

**d.8 - Gestão de capital**--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias. A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	30.09.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	165.112	194.486
Caixa e equivalentes de caixa	(36.923)	(33.392)
Títulos e valores mobiliários	-	(1.968)
	-----	-----
Total da dívida líquida	128.189	159.126
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	279.573	304.984
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	407.762	464.110
	=====	=====

## 18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui duas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
Vendas líquidas:		
Brasil	303.890	382.658
Outros países	55.269	92.616
	-----	-----
	359.159	475.274
	=====	=====

## 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	432.068	562.307
Deduções das receitas	(72.909)	(87.033)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	359.159	475.274
	=====	=====

## 20. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(257.570)	(365.638)
Remuneração e benefícios a empregados	(63.195)	(60.466)
INSS	(13.342)	(12.881)
Depreciação e amortização	(8.191)	(9.231)
Variação dos estoques em processo e acabado	(29.827)	(44)
	-----	-----
	(372.125)	(448.260)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
Custo dos produtos vendidos	(316.116)	(392.497)
Custo de ociosidade	(10.628)	(4.639)
Vendas	(26.899)	(32.927)
Gerais e administrativas	(15.945)	(15.747)
Honorários da administração	(2.537)	(2.450)
	-----	-----
	(372.125)	(448.260)
	=====	=====

## 21. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	30.09.2022	30.09.2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(25.427)	36.172
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	(8.154)	11.600
Ações preferenciais	(17.273)	24.572
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	73.258.019	73.258.019
	111.299.130	111.299.130
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias - R\$	(0,2143)	0,3049
Ações preferenciais - R\$	(0,2358)	0,3354
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

## 22. USINA DO CARIOCA

No período de 08 a 14 de janeiro de 2022, em decorrência dos altíssimos índices pluviométricos que atingiram a região (muito superiores à média histórica para o período), houve um aumento extraordinário dos níveis de água no reservatório da barragem da Usina do Carioca.

A empresa atuou prontamente para avaliar as condições da barragem e manteve contato direto com as autoridades locais, incluindo a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para minimizar os potenciais impactos da chuva na comunidade local.

A Defesa Civil da região, com o apoio da Companhia, alertou a população para a necessidade de evacuação imediata da área da Zona de Autossalvamento ("ZAS") e proximidades, exclusivamente em razão das excepcionais chuvas que atingiam a região, de modo que as famílias foram imediatamente evacuadas sendo prestados os cuidados necessários.

A partir do dia 13 de janeiro de 2022, em razão da diminuição expressiva do nível do reservatório da Central Geradora Hidrelétrica ("CGH") do Carioca e o reestabelecimento de boa parte das vias de acesso, houve autorização das autoridades competentes para o retorno de algumas famílias às suas residências. Em 21 de janeiro de 2022, quando o nível de segurança da barragem regrediu para Nível 1 - Atenção, todos os moradores foram autorizados a retornarem a suas residências, de modo que a Companhia se colocou à disposição das autoridades públicas para apoiar nesse retorno.

O Ministério Público Estadual e o Estado de Minas Gerais ajuizaram ação (tutela antecipada em caráter antecedente de ação civil pública) contra a Companhia por meio da qual se pretende que a Companhia adote diversas obrigações em relação ao barramento e a comunidade afetada pelas chuvas.

Nossos engenheiros, especialistas técnicos e advogados entendem que a situação acima relatada ocorreu em decorrência do excesso de chuvas verificado no período de 08 a 14 de janeiro de 2022 e ante a possibilidade de aumento de vazão do barramento, não tendo as atividades exercidas pela Companhia

contribuído para o evento. Entretanto, considerando a imprevisibilidades das demandas judiciais faz-se necessário a avaliação de risco.

Quanto à barragem da Usina dos Britos, as chuvas excessivas e persistentes criaram um caminho preferencial para a passagem da água, na lateral da barragem que provocou gradualmente o esvaziamento do reservatório. Não houve dano na barragem de concreto, restando o evento restrito à erosão.

Considerando os estragos advindos pela chuva, em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia estimou que os gastos com demandas administrativas e judiciais, limpeza e demais adequações para a retomada da geração de energia nas Usinas seria aproximadamente R\$ 5.000, e registrou provisão no referido montante, apresentada na rubrica “Provisões diversas”, vide nota explicativa nº16 às demonstrações contábeis intermediárias. Até 30 de setembro de 2022, foram incorridos gastos no valor de R\$1.665, que foram abatidos desta provisão, e R\$1.920 investidos em obras na usina.

Em 30 de setembro de 2022, considerando as informações subsequentes à essa data até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

\* \* \* \* \*